

## Artigos

01. **Impossibilidade de eleição da distribuidora de energia elétrica como responsável tributária pelo pagamento da contribuição de iluminação pública**  
*Igor Mauler Santiago* 09
02. **Simples Nacional: noções gerais e aspectos relevantes**  
*José Hable, Ana Cláudia Amorim de Medeiros, Cordélia Cerqueira Ribeiro, Raimunda Moura dos Santos Amaral, Silvino Nogueira Filho* 15
03. **Análise do alcance da imunidade prevista no art. 149, §2º da Constituição Federal à luz das decisões do Supremo Tribunal Federal e a interpretação da expressão "receitas decorrentes de exportação" na tributação do PIS e da COFINS e do Decreto nº 8426/15**  
*Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva, Luciana Ibiapina Lira Aguiar* 33
04. **Cancelamento do "refis da crise": a repetição dos pagamentos mínimos mensais realizados por restituição, compensação ou apropriação aos débitos parcelados**  
*Bruno Rodrigues Teixeira de Lima* 55
05. **A progressividade fiscal na Constituição de 1988 e a súmula da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal**  
*Carlos Alberto Cerqueira dos Santos* 69
06. **Conceito de renda na visão da jurisprudência brasileira**  
*Thiago Duca Amoni* 93
07. **Justiça tributária nos impostos indiretos e aplicabilidade judicial**  
*Altamirando Pereira da Rocha, Rayneider Brunelli de Oliveira Fernandes* 107
08. **Sobre a Cide-Combustíveis, a legalidade e a destinação**  
*Paulo Arthur Cavalcante Koury* 127
09. **O mercado de videogames no Brasil: fomentando a legalização pela via tributária do imposto/preço justo**  
*Albano Francisco Schmidt, Oksandro Osdival Gonçalves* 153
10. **Sociedades prestadoras de serviços de contabilidade e consultoria econômica. Não é a dimensão da sociedade e o número de profissionais que definem o regime de tributação do ISS, mas o tipo de serviço prestado. Incidência por alíquota proporcional em função do número de profissionais, e não do movimento econômico**  
*Ives Gandra da Silva Martins* 175